

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP RATIFICADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação, identificar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, bem como subsidiar a elaboração do Termo de Referência e a instauração do procedimento licitatório.

2. OBJETO DO ESTUDO

2.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de **02 (duas) ambulâncias tipo UTI Móvel (Tipo D)**, novas (zero quilômetro), destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO, devidamente equipadas para suporte avançado à vida, em conformidade com as normas vigentes aplicáveis.

O Veículo zero quilometro, tipo furgão com no mínimo 13 m³ de espaço no compartimento interno, de cor branca e com porta lateral deslizante, portas traseiras com duas folhas, ano de fabricação e modelo não inferior a data de emissão da nota fiscal, devidamente adaptado em AMBULÂNCIA TIPO D UTI MÓVEL, de acordo com a Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde, com as devidas alterações na BIN (Base Índice Nacional) para o pleno atendimento do disposto na Resolução Contran Nº4/1998, e inciso V do artigo 230 da Lei 9.503, com as seguintes especificações mínimas.

3. UNIDADE REQUISITANTE

3.1. Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO.

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

4.1. Mantida conforme versão original, por apresentar fundamentação técnica adequada e suficiente, evidenciando a necessidade pública da contratação.

a) presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecimento da rede municipal de saúde de Tocantinópolis/TO, especialmente no que se refere ao atendimento de urgência e emergência, que demanda estrutura adequada para garantir assistência rápida, eficiente e segura à população.

b) Atualmente, verifica-se a insuficiência e/ou desgaste da frota existente de ambulâncias, o que compromete a capacidade de resposta do município em situações críticas que exigem suporte avançado de vida. A indisponibilidade ou inadequação de veículos apropriados pode acarretar riscos à integridade física dos pacientes, além de impactar negativamente na qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

c) A aquisição de ambulâncias Tipo D (UTI Móvel) é imprescindível para assegurar o transporte adequado de pacientes em estado grave, possibilitando intervenções médicas durante o deslocamento, com uso de equipamentos essenciais como monitor multiparamétrico, ventilador pulmonar, desfibrilador, entre outros. Esses recursos são fundamentais para a manutenção da vida até a chegada à unidade hospitalar de referência.

d) Ressalta-se que a demanda por serviços de urgência e emergência tem se intensificado, seja pelo crescimento populacional, seja pelo aumento de ocorrências que exigem atendimento especializado, tornando indispensável a ampliação e modernização da frota municipal.

e) Ademais, a contratação está alinhada aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, garantindo melhores condições de atendimento à população e contribuindo para a redução de riscos e agravos à saúde.

f) Dessa forma, a aquisição das ambulâncias Tipo D visa atender de forma adequada e contínua as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, promovendo maior segurança, qualidade e resolutividade nos atendimentos de urgência e emergência no âmbito do município de Tocantinópolis/TO.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Veículo novo (zero km), ano/modelo corrente ou superior;

Motorização compatível com o porte do veículo, movido a diesel;

Direção hidráulica;

Sistema de freios com ABS;

Airbag para motorista e passageiro;

Ar-condicionado na cabine e no compartimento do paciente;

Sistema elétrico compatível com equipamentos médicos;

Compartimento traseiro com volume interno adequado para atendimento médico;

Revestimento interno lavável, impermeável e de fácil higienização;

Isolamento termo acústico;

Iluminação interna em LED;

Sinalizador óptico (barra luminosa) e acústico (sirene);

Grafismo padrão ambulância conforme normas vigentes;

Portas traseiras e lateral para acesso ao paciente.

5.1. COMPARTIMENTO DO PACIENTE

Maca retrátil com rodas, sistema de fixação e cintos de segurança;

Poltrona para equipe médica com cinto de segurança;

Armários e gaveteiros para acondicionamento de materiais;

Suporte para soro (mínimo dois pontos);
Banco lateral para acomodação de acompanhantes (quando aplicável);
Sistema de ventilação e exaustão;
Piso antiderrapante.

5.2. EQUIPAMENTOS DE SUPORTE AVANÇADO (UTI MÓVEL TIPO D)

A ambulância deverá ser entregue devidamente equipada com todos os itens necessários ao atendimento de suporte avançado de vida, contemplando, no mínimo, os seguintes equipamentos médico-hospitalares:

Equipamentos de monitoramento e suporte à vida, incluindo monitor multiparamétrico portátil com, no mínimo, os parâmetros ECG, oximetria (SpO₂), pressão não invasiva (PNI) e frequência respiratória; desfibrilador externo automático (DEA) ou desfibrilador manual com monitor integrado; ventilador pulmonar mecânico microprocessado para transporte, com modos ventilatórios básicos (VCV, PCV, SIMV, CPAP); aspirador de secreções elétrico portátil; e bomba de infusão volumétrica (mínimo de 01 unidade); equipamentos para suporte respiratório, incluindo oxigênio medicinal com cilindros fixo e portátil; fluxômetro com regulador de pressão; umidificador de oxigênio; máscaras adulto e infantil; e bolsa-válvula-máscara (Ambu) adulto e infantil com reservatório; equipamentos para imobilização e transporte, incluindo maca retrátil com sistema de fixação no assoalho; cadeira de rodas dobrável; prancha longa para imobilização adulto e infantil; colares cervicais em diversos tamanhos; e talas para imobilização de membros; equipamentos e materiais para atendimento de emergência, incluindo kit completo para intubação (laringoscópio com lâminas diversas, tubos endotraqueais de vários tamanhos, fio-guia, entre outros); kit de acesso venoso (incluindo cateteres, equipo e suportes); kit de parto de emergência; esfigmomanômetro adulto e infantil; estetoscópio adulto e infantil; e termômetro clínico; equipamentos elétricos e estruturais, incluindo sistema de iluminação interna adequada para atendimento; tomadas internas (12V/110V/220V, conforme padrão); inversor de energia; sistema de fixação para todos os equipamentos; e sistema de ar-condicionado na cabine de atendimento; e, por fim, itens de segurança e apoio, incluindo extintor de incêndio conforme normas vigentes; sinalizador óptico e acústico (sirene); rádio comunicação ou sistema equivalente; suporte para soro; e lixeira com tampa e acionamento não manual.

5.3. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO

a) O veículo deverá ser novo, zero quilômetro, ano/modelo vigente na data da entrega, nacionalizado, em conformidade com as normas do CONTRAN e demais legislações aplicáveis.

b) O veículo deverá possuir características compatíveis para transformação em ambulância tipo suporte básico, admitindo-se configuração tipo van, furgão, chassi

cabine ou similar, desde que atenda integralmente às exigências deste Termo de Referência.

5.4. Dimensões mínimas externas:

- a) Comprimento mínimo: 6.000 mm;
- b) Largura mínima: 2.000 mm;
- c) Distância entre eixos mínima: 4.000 mm;
- d) Altura mínima: 2.500 mm.

5.5. Motorização e transmissão:

- a) Motor a diesel;
- b) Cilindrada mínima de 2.2;
- c) Potência mínima de 135 CV;
- d) Tração traseira ou equivalente compatível com a aplicação;
- e) Transmissão manual de no mínimo 06 marchas.

5.6. Características gerais:

- a) Rodas aro mínimo 16”;
- b) Pneus compatíveis com a capacidade do veículo;
- c) Tanque de combustível com capacidade mínima de 85 litros;
- d) Sistema de freios e suspensão originais de fábrica;
- e) Airbag duplo dianteiro;
- f) Barras de proteção lateral nas portas dianteiras;
- g) Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionadores e regulagem de altura;
- h) Banco do motorista com regulagem de altura;
- i) Controle de tração e estabilidade;
- j) Todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.

5.7 ADAPTAÇÃO EXTERNA

O veículo deverá possuir:

- a) Janela de correr instalada na porta lateral;
- b) Vidros fixos nas portas traseiras;
- c) Películas opacas em filetes, permitindo incidência de luz natural sem comprometer a privacidade interna;
- d) Grafismo externo padrão “AMBULÂNCIA”, conforme legislação vigente.

5.8 SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E EMERGÊNCIA

O sistema de sinalização deverá conter:

- a) Sinalizador visual em barra ou arco com base em alumínio e lentes em policarbonato de alta resistência, na cor vermelho rubi;
- b) Sistema equipado com LEDs de alta luminosidade, em conformidade com as normas SAE J575 e SAE J595;
- c) Sirene eletrônica mínima de 100W RMS, com no mínimo 03 tons;
- d) Sistema de megafone com potência sonora mínima de 100 dB, conforme SAE J1849;
- e) Lanternas laterais e traseiras em LED de alta luminosidade acionadas em conjunto com o sistema principal;
- f) Farol auxiliar de embarque na traseira com foco direcional mínimo de 180°;
- g) Alarme sonoro de marcha ré.

5.9 ADAPTAÇÃO INTERNA

O compartimento do paciente deverá possuir:

- a) Divisória entre cabine e compartimento do paciente com passagem e porta sanfonada;
- b) Isolamento termo acústico de alta densidade;
- c) Revestimento interno em material lavável, resistente e de fácil assepsia;
- d) Piso nivelado, impermeabilizado, revestido em material vinílico de alta resistência.

5.10. Mobiliário:

- a) Armário superior para acondicionamento de materiais médico-hospitalares;
- b) Armário vertical modular na lateral esquerda;
- c) Armário para acondicionamento de cilindros de oxigênio;
- d) Bancada para equipamentos médicos e acondicionamento de prancha;
- e) Banco baú para 03 acompanhantes com cintos de segurança;
- f) Banco giratório na cabeceira da maca com encosto reclinável e cinto de segurança;
- g) Maca retrátil em alumínio com colchonete lavável, suporte de soro e sistema de trava;
- h) Prancha de imobilização adulto e infantil;
- i) Tapetes para cabine;
- j) Sistema de alto-falantes interno.

5.11-SISTEMA DE OXIGÊNIO

. O sistema deverá conter:

- a) Mangueiras, máscaras e conexões;
- b) 02 cilindros de oxigênio com capacidade mínima de 16 litros cada;
- c) Suportes com sistema de fixação;
- d) Régua de oxigênio com fluxômetro, aspirador e umidificador;
- e) Pega-mão tubular com suporte para soro/plasma.

5.12 ILUMINAÇÃO E SISTEMA ELÉTRICO

O sistema elétrico deverá possuir:

- a) 04 luminárias internas em LED;
- b) 02 tomadas 12V instaladas em local seguro;
- c) Quadro elétrico com disjuntores térmicos;
- d) Tomada externa 110/220V com extensão mínima de 20 metros;
- e) Sistema auxiliar de energia composto por bateria auxiliar mínima de 100Ah;
- f) Inversor de tensão 12V/220V com potência compatível para alimentação dos equipamentos;
- g) Sistema inteligente de carregamento automático da bateria auxiliar;
- h) Proteções contra curto-circuito, inversão de polaridade e sobrecarga;
- i) Sistema em conformidade com a NBR 14.136.

5.13 -SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO

- a) O veículo deverá possuir sistema de ar-condicionado original de fábrica ou adaptado, com capacidade mínima de 25.000 BTU's, equipado com comandos independentes para a cabine do motorista e compartimento do paciente.
- b) O compartimento do paciente deverá possuir sistema de exaustão e ventilação forçada compatível com a aplicação em ambulância de suporte básico.

Os veículos deverão possuir as seguintes características mínimas:

- a) Veículo tipo furgão;
- b) Zero quilômetro;
- c) Cor branca;
- d) Compartimento interno com capacidade mínima de 13 m³;
- e) Porta lateral deslizante;
- f) Portas traseiras com duas folhas;
- g) Ano de fabricação/modelo igual ou superior ao da emissão da nota fiscal;
- h) Veículo devidamente transformado e regularizado como Ambulância Tipo D – UTI Móvel;
- i) Alteração da BIN (Base Índice Nacional), atendendo plenamente ao disposto na Resolução CONTRAN nº 4/1998 e inciso V do artigo 230 da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

A ambulância deverá ser entregue completa, equipada e pronta para operação, contendo, no mínimo, os seguintes itens e acessórios:

5.14 ITENS E ACESSÓRIOS

- a) 04 Cones de sinalização;
- b) Inversor de potência mínima de 4.000W;
- c) 01 Extensões de 20 metros com refletor para atendimento e resgate noturno;
- d) 01 Cilindro de oxigênio de 3m³ com alça de transporte adaptável à maca;

- e) 01 Cadeira de rodas em alumínio, dobrável, com assento resistente e lavável, equipada com cinto de segurança para transporte de pacientes em escadas.

5.15 EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

- a. Cardioversor bifásico com monitor multiparâmetro, tela mínima de 8", contendo ECG, desfibrilador manual, modo DEA, marcapasso e SPO2;
- b. Oxímetro de pulso portátil a bateria, com sensores adulto, pediátrico e neonatal, tela LCD mínima de 2,8";
- c. Kit medidor de glicose;
- d. Ventilador pulmonar eletrônico;
- e. Reanimador manual tipo AMBU adulto;
- f. Conjunto de umidificação de oxigênio com frasco;
- g. Válvula reguladora para cilindro de oxigênio com fluxômetro;
- h. Kit laringoscópio completo adulto/infantil, contendo lâminas curvas e retas e cabos apropriados;
- i. Aspirador portátil para secreção, sangue e saliva com capacidade mínima de 1 litro;
- j. Bomba de infusão de seringa;
- k. Maleta de acesso venoso completa contendo materiais e insumos necessários para atendimento pré-hospitalar;
- l. Estetoscópio duplo adulto;
- m. Aparelho de pressão arterial adulto com fechamento em velcro;
- n. Prancha de polietileno adulto com cintos de imobilização;
- o. Caixa pequena para procedimentos cirúrgicos/emergenciais.

Todos os equipamentos, acessórios, dispositivos e adaptações deverão ser novos, sem uso anterior, devidamente instalados, certificados e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, garantindo pleno funcionamento da unidade móvel de suporte avançado.

6 GARANTIA

6. 1.1. Garantia mínima de 12 (doze) meses para o veículo e adaptações, sem limite de quilometragem, contados a partir da entrega definitiva.

7 -DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Todos os equipamentos e adaptações deverão atender às normas da ABNT, CONTRAN, Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis.

7.2. Serão aceitos equipamentos e componentes equivalentes tecnicamente, desde que comprovadamente atendam às funcionalidades e desempenho exigidos neste Termo de Referência.

7.3. O veículo deverá ser entregue devidamente licenciado, emplacado e pronto para operação.

Observação:

As especificações devem ser interpretadas como requisitos mínimos, sendo admitidas soluções equivalentes ou superiores, desde que atendam à finalidade do objeto e à legislação vigente, vedada a indicação de marcas, modelos ou características exclusivas que restrinjam a competitividade.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. Verificou-se a existência de diversos fornecedores no mercado nacional aptos ao fornecimento do objeto, garantindo ampla competitividade.

EMPRESA: VEÍCULOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, CNPJ: 30.936.530/0001-07
PROPOSTA DE PREÇOS Fiat Ducato 13M³ Ambulância Tipo D 2025/2026
Valor Unitário R\$: 495.000,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO MIL REAIS)

EMPRESA: PRIME COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA, CNPJ: 31.981.078/0001-68
PROPOSTA DE PREÇO: VEÍCULO TIPO D MERCEDES BENZ CAPACIDADE
VOLUMETRICA 14 M³ 0KM, ANO/MODELO: 25/26.
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 560.000,00 (QUINHENTOS E SESSENTA MIL REAIS).

A EMPRESA NASA FRANCE VEÍCULOS - LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 22.424.304/0001-19

PROPOSTA DE PREÇO VEICULO RENAULT MASTER L2H2 25/26 – AMBULANCIATIPO D, VALOR R\$: 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS).

PESQUISA JUNTO AO SICAP LCO, VALOR TOTAL DE 405.000,00 (QUATROCENTOS E CINCO MIL REAIS)

8.2. As soluções disponíveis atendem às necessidades da Administração, com variações técnicas aceitáveis dentro dos padrões normativos.

8.3. Foram analisadas contratações similares, evidenciando a viabilidade da contratação.

8.4. A aquisição apresenta-se como solução mais adequada frente à necessidade contínua do serviço.

9. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

9.1. O quantitativo de 02 unidades é suficiente para garantir: Continuidade do serviço; Cobertura adequada da demanda; Redundância operacional.

10. ESTIMATIVA DO VALOR

Valor unitário estimado: R\$ 518.333,33 (quinhentos e dezoito mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Valor total estimado: R\$ 1.036.666,67 (um milhão trinta e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

11. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO

11.1. A contratação será realizada de forma integrada, considerando a necessidade de compatibilidade entre os componentes e a responsabilidade técnica do fornecedor.

- a) Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Entretanto, no presente caso, opta-se pelo **não parcelamento**, considerando as seguintes razões:
- b) O objeto consiste na aquisição de **02 (dois) veículos da mesma categoria, com características técnicas idênticas**, configurando-se como bens padronizados e homogêneos.
- c) A divisão do objeto em itens distintos (parcelamento) não traria qualquer benefício técnico ou econômico à Administração, uma vez que:
- d) Os veículos possuem as mesmas especificações, não havendo justificativa para separação;
- e) A contratação conjunta favorece o **ganho de escala**, possibilitando melhores condições de preço;
- f) Avita-se a multiplicidade de contratos, tornando a gestão e fiscalização mais eficiente;
- g) Garante-se maior **padronização da frota**, facilitando manutenção, operação e reposição de peças.
- h) Além disso, o agrupamento em item único **não restringe a competitividade**, pois há diversos fornecedores no mercado aptos a fornecer a totalidade do objeto.
- i) Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente vantajoso, sendo mais adequado à Administração realizar a contratação em **item único com quantitativo de 02 (dois) veículos**.

12 CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Manutenção dos veículos;
Seguro veicular;
Aquisição de insumos;
Capacitação de profissionais.

Para fins do disposto na Lei nº 14.133/2021, consideram-se contratações correlatas aquelas que guardam relação direta ou indireta com o objeto principal, podendo impactar sua execução, funcionalidade ou continuidade.

No presente caso, verifica-se que:

Não há contratações correlatas ou interdependentes relevantes que influenciem diretamente a execução do objeto, uma vez que a aquisição dos veículos se mostra autônoma, sendo suficiente por si só para atender à necessidade da Administração.

Entretanto, destaca-se que poderão existir contratações acessórias e futuras, tais como:

- serviços de **manutenção preventiva e corretiva** dos veículos;
- aquisição de **combustíveis e lubrificantes**;
- contratação de **seguros veiculares**;
- eventual aquisição de **peças e acessórios**.

Tais contratações, contudo, possuem natureza independente e poderão ser realizadas oportunamente, sem prejuízo ao pleno funcionamento do objeto principal.

Dessa forma, conclui-se que o objeto pretendido **não depende de contratações correlatas prévias ou concomitantes** para sua viabilidade, não havendo risco de comprometimento de sua execução.

13. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

- a) A contratação está alinhada ao planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e aos instrumentos de gestão vigentes.
- b) A presente contratação está alinhada com o planejamento da Administração Pública Municipal, ainda que o órgão **não possua, até o momento, Plano de Contratações Anual (PCA) formalmente instituído**.
- c) Ressalta-se que a ausência do PCA não impede a realização da contratação, especialmente quando devidamente justificada a necessidade e demonstrado o interesse público envolvido, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- d) A contratação encontra respaldo nos instrumentos de planejamento e orçamento vigentes, notadamente:
- e) **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, com previsão de dotação orçamentária suficiente;
- f) **Plano Plurianual (PPA)**, em consonância com os programas e ações governamentais;
- g) **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, observando as metas e prioridades estabelecidas.
- h) No caso em questão, a aquisição dos veículos atende demanda concreta da Administração, sendo essencial para garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos prestados.
- i) Destaca-se, ainda, que a Administração vem adotando medidas para estruturação e futura implementação do Plano de Contratações Anual, visando o aprimoramento do planejamento das contratações públicas.
- j) Dessa forma, conclui-se que a presente contratação está **devidamente alinhada ao planejamento institucional e orçamentário**, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e legalidade.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como objetivo alcançar resultados que atendam ao interesse público, promovendo maior eficiência, economicidade e qualidade na prestação dos serviços.

Com a aquisição dos **02 (dois) veículos da mesma categoria**, pretende-se:

- **Garantir a continuidade dos serviços públicos**, assegurando o atendimento das demandas administrativas e operacionais do órgão;
- **Aprimorar a eficiência operacional**, com a disponibilização de veículos adequados, seguros e em plenas condições de uso;
- **Reduzir custos com manutenção**, considerando que veículos novos tendem a demandar menor intervenção corretiva;
- **Proporcionar maior economicidade**, com melhor relação custo-benefício ao longo da vida útil dos veículos;
- **Assegurar maior segurança aos usuários e servidores**, por meio de veículos que atendam às normas vigentes;
- **Padronizar a frota**, facilitando a gestão, manutenção e controle patrimonial.

Além disso, busca-se obter uma contratação vantajosa, com fornecedores qualificados e preços compatíveis com o mercado, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, os resultados esperados estão diretamente relacionados à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, bem como ao fortalecimento da capacidade operacional da Administração Pública.

15. PROVIDÊNCIAS A ADOTAR

Antes da contratação:

Elaboração do Termo de Referência;

Indicação de dotação orçamentária;

Designação do fiscal do contrato.

16. IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação, referente à aquisição de 02 (dois) veículos da mesma categoria, pode gerar impactos ambientais, especialmente relacionados à emissão de poluentes, consumo de combustíveis fósseis e geração de resíduos ao longo de sua vida útil.

Diante disso, a Administração adotará medidas para mitigar tais impactos, observando:

Atendimento às normas ambientais vigentes, especialmente quanto aos limites de emissão de poluentes estabelecidos pelos órgãos competentes;

Preferência por veículos que apresentem maior eficiência energética, quando tecnicamente viável;

Incentivo à aquisição de veículos que atendam a padrões atualizados de controle de emissões;

Realização de manutenção preventiva adequada, contribuindo para o bom desempenho ambiental do veículo;

Destinação ambientalmente adequada de resíduos provenientes de futuras manutenções, como óleos lubrificantes, filtros e peças;

Observância das boas práticas de uso, visando redução do consumo de combustível e emissões.

Ressalta-se que, por se tratar de aquisição de bens comuns e amplamente disponíveis no mercado, os impactos ambientais são considerados controláveis e mitigáveis, não representando impedimento à contratação.

Dessa forma, a Administração atuará de forma responsável, buscando conciliar a necessidade pública com a sustentabilidade ambiental, conforme os princípios da legislação vigente

17. MATRIZ DE RISCOS

A matriz de riscos tem por objetivo identificar, analisar e propor medidas de tratamento para os principais riscos relacionados à contratação pretendida.

Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Responsável
Atraso na entrega	Fornecedor não entrega os veículos no prazo contratado	Média	Alto	Alto	Definir prazo claro em edital e contrato; exigir penalidades	Aplicação de sanções; convocação do próximo colocado	Fiscal do contrato
Entrega em desacordo	Veículos entregues fora das especificações	Baixa	Alto	Médio	Especificação detalhada no TR; exigência	Recusa do objeto; substituição pelo	Fiscal do contrato

Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Responsável
	técnicas				de conformidade	fornecedor	
Variação de preços	Oscilação de preços de mercado antes da contratação	Média	Médio	Médio	Pesquisa de preços atualizada; ampla competitividade	Revisão da estimativa ou novo procedimento	Setor de compras
Inexecução contratual	Fornecedor não cumpre o contrato	Baixa	Alto	Médio	Análise de habilitação rigorosa	Rescisão contratual; aplicação de penalidades	Administração
Problemas na documentação	Irregularidade fiscal ou jurídica do fornecedor	Baixa	Médio	Baixo	Conferência documental na habilitação	Inabilitação do fornecedor	Comissão de contratação
Falta de dotação orçamentária	Insuficiência de recursos para contratação	Baixa	Alto	Médio	Verificação prévia da LOA	Cancelamento ou adequação do processo	Setor financeiro
Dificuldade na manutenção	Problemas futuros com manutenção dos veículos	Média	Médio	Médio	Aquisição de veículos padronizados	Contratação de manutenção posterior	Administração
Problemas no recebimento	Falhas no processo de conferência e aceitação	Baixa	Médio	Baixo	Designação de fiscal capacitado	Reavaliação e correção do procedimento	Fiscal do contrato

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. Com base nas informações levantadas no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, conclui-se que a contratação pretendida para a **aquisição de 02 (dois) veículos da mesma categoria é viável sob os aspectos técnico, econômico e administrativo.**

A solução proposta mostra-se adequada para atender à necessidade da Administração, considerando:

A clara definição da demanda e do interesse público envolvido;

A existência de fornecedores no mercado aptos a atender integralmente ao objeto;

A compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, a ser confirmada por pesquisa de preços;

A disponibilidade de recursos orçamentários;

A inexistência de impedimentos técnicos ou jurídicos para a contratação;

A possibilidade de gestão e fiscalização eficiente do contrato.

Adicionalmente, verificou-se que os riscos envolvidos são **controláveis e mitigáveis**, conforme demonstrado na matriz de riscos, não comprometendo a execução do objeto.

Dessa forma, declara-se que a contratação é **necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública**, estando em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Recomenda-se a realização de **Pregão Eletrônico – SRP**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Tocantinópolis/TO, 21 de maio de 2026


Gizelle Silveira Santos

Diretora da Atenção Primária
Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO